



**MARINHA DO BRASIL**

**DIRETORIA-GERAL DE DESENVOLVIMENTO NUCLEAR E TECNOLÓGICO DA  
MARINHA**

Brasília, DF.  
Em 26 de agosto de 2020.

Cientistas e pesquisadores que integram os esforços para investigar o derramamento de óleo que atingiu a costa brasileira no ano passado descartaram a hipótese levantada por pesquisadores do Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélite (LAPIS), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), de que o óleo que chegou ao litoral brasileiro tenha origem no Golfo da Guiné.

A pedido da Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM), em atuação preliminar aos trabalhos da Comissão que estará encarregada de prover o conhecimento técnico-científico para o monitoramento e a neutralização dos impactos decorrentes da poluição marinha ao longo dos cerca de 5,7 milhões de quilômetros quadrados da chamada Amazônia Azul, o Vice-Reitor e pesquisador do Departamento de Oceanografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Dr. Moacyr Araújo, apontou duas razões para que seja abandonada a hipótese levantada pelo LAPIS.

A primeira leva em conta a velocidade conhecida das correntes superficiais e subsuperficiais do Atlântico Sul e Tropical. “Se consideramos os 30 dias que antecederam os primeiros registros de detecção de óleo no Nordeste do Brasil e a velocidade média máxima de 0,1 metro por segundo da corrente Sul Equatorial, concluímos que a mancha de óleo no Golfo da Guiné seria deslocada para Oeste, cerca de 260 km. Considerando-se que a distância média entre a porção central do Golfo da Guiné e a costa nordestina é de cerca de cinco mil quilômetros, fica claro que o óleo que chegou às nossas praias não poderia ser o mesmo”, disse Moacyr Araújo. O pesquisador acrescentou que

---

Marinha do Brasil: Protegendo nossas riquezas, cuidando da nossa gente

[www.marinha.mil.br](http://www.marinha.mil.br)



grande parte do volume derramado tenderia a afundar, ao longo de sua trajetória, como resultado dos processos de evaporação, dispersão e lixiviação que caracterizam o intemperismo do óleo, e que, nesse caso, seriam transportados para a direção leste, e não para oeste.

A pesquisadora Dra. Regina Rodrigues, do Departamento de Oceanografia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), corrobora a opinião de Moacyr Araújo, dizendo ser improvável que a mancha de óleo tenha vindo do Golfo da Guiné devido à presença de correntes superficiais ao longo da Linha do Equador que fluem da costa do Brasil em direção ao Golfo. “Para chegar à costa do Brasil a mancha teria que fluir para o Sul, circular no chamado ‘Giro de Angola’ e atravessar o Atlântico, pelo Sul, num trajeto que levaria meses ou anos para acontecer, e, ainda assim, com muita dispersão e degradação do óleo”, disse ela.

A DGDNTM ouviu também o Dr. Renato Carreira, do Laboratório de Estudos Marinhos e Ambientais do Departamento de Química da PUC-RJ, sobre a hipótese de a origem do óleo ter sido o Golfo da Guiné. Segundo ele, “o petróleo encontrado no litoral do Nordeste, por ser altamente intemperizado, ou seja, sujeito a alterações químicas e físicas, não percorre longas distâncias, mesmo estando sob influência de correntes marinhas intensas”. “Não se sabe se o petróleo era naturalmente denso por ter sofrido um maior grau de intemperismo ainda no reservatório ou se sofreu extenso intemperismo após ter sido lançado ao mar. De qualquer maneira, temos evidências suficientes para refutar uma hipótese de que o óleo que atingiu o litoral do Nordeste tenha percorrido cerca de cinco mil quilômetros desde a África”, disse, ainda, Renato Carreira. E cita como exemplo outros grandes incidentes, como o da plataforma Deepwater Horizon, no Golfo do México, em 2010, quando mais de 500 mil toneladas de petróleo bruto foram lançadas ao mar, sem, contudo, ter havido grande dispersão por todo o Atlântico Norte.

O Capitão de Mar e Guerra (Engenheiro Naval) Márcio Martins Lobão, pesquisador do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM), subordinado à DGDNTM, acrescentou um detalhe que reforça a impossibilidade da hipótese levantada pelo LAPIS. “Normalmente, o padrão de espalhamento de uma mancha oleosa se torna cada vez mais disperso com o aumento da distância a partir da sua origem. E é curioso o fato de regiões mais distantes, como o arquipélago de Fernando de Noronha e o Atol das Rocas, não tenham sido atingidas pelo óleo que chegou à nossa costa”, explicou.



A DGDNTM justificou a consulta feita ao grupo de cientistas e pesquisadores a respeito da hipótese do LAPIS como fruto da “fundamental relevância da cooperação científica e do correto assessoramento técnico-científico para a adequada elucidação das circunstâncias inéditas do incidente ocorrido no litoral brasileiro há quase um ano”.

O episódio do derramamento só reitera, de acordo com a DGDNTM, a necessidade das expertises nacionais unirem-se em torno do melhor conhecimento científico disponível sobre o assunto, “para o desenvolvimento de ferramentas que, unidas a um sistema de monitoramento dos navios que transitam nas águas jurisdicionais brasileiras e proximidades, possam impedir ocorrências similares no futuro”.

**Contato:**

Assessoria de Relações Institucionais e Comunicação Social da DGDNTM

Telefones: (21) 2197-7593

Email: [janice@marinha.mil.br](mailto:janice@marinha.mil.br)

